

As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro

The jungle schools as a factor of dissuasion in the pan-amazon: case analysis of the Ecuadorian and Brazilian armies

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 2, jul./dez. 2018, p. 61-86

DOI: 10.26792/RBED.v5n2.2018.75061

ISSN 2358-3932

JUAN CARLOS FLORES SOUTO
RODRIGO DE ALMEIDA PAIM
TÁSSIO FRANCHI

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar a criação das Escolas de Selva localizadas na região amazônica como fator de dissuasão. Em um mundo em que os recursos naturais são finitos, a América do Sul, em especial a Amazônia, representa um estoque valioso destes recursos. Nesse contexto, a ascensão global da questão ambiental como agenda torna necessário aos Estados nacionais desenvolver maneiras específicas de dissuasão.

Entre os países amazônicos, existe aspecto comum que permite juntar esforços para materializar uma estratégia de dissuasão? Deve-se enviar uma mensagem ao mundo de que é possível defender essa importante região? Uma solução para tais questionamentos está nas Forças Armadas dos respectivos países, especificamente na formação de tropas especializa-

Juan Carlos Flores Souto – Graduado no curso de Cavalaria da Escola Militar “Eloy Alfaro” do Equador (1992). Atualmente trabalha como Assessor Terrestre do Ministério da Defesa Nacional do Equador. Tem experiência nas áreas de Defesa com ênfase em Ciências Militares.

Rodrigo de Almeida Paim – Possui graduação em Ciências Militares, Curso de Infantaria (1998), da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Atualmente trabalha como Oficial de Operações da 22ª Brigada de Infantaria de Selva em Macapá – AP. Tem experiência nas áreas de Defesa com ênfase em Ciências Militares.

Tássio Franchi – Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), atuando no Instituto Meira Mattos (IMM) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM). Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 2001), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB, 2013).

das a operar na região. Neste sentido, identificar as Escolas de Selva destes países e analisar de maneira mais detalhada algumas delas foi o caminho escolhido para desenvolver o presente trabalho.

Sendo assim, quanto aos aspectos metodológicos, realizou-se pesquisa bibliográfica e entrevistas com oficiais das forças armadas, para traçar um panorama de todos os países da região Pan-amazônica e, de forma mais detalhada, para o Brasil e o Equador. O artigo responderá à seguinte questão: a formação de tropas especializadas para operar no ambiente de selva, proporcionada pelas Escolas de Selva dos exércitos equatoriano e brasileiro, contribui para a capacidade de dissuasão destes exércitos?

Para tanto, o artigo foi dividido em sete seções, iniciadas nesta introdução, seguida por características da Pan-Amazônia. Avançando, são apresentadas as temáticas da securitização, dissuasão e eficiência militar e, na sequência, primeiramente, são elencadas as organizações militares e as Escolas de Selva da região em tela e, de forma específica, examina-se as Escolas de Selva do Exército Equatoriano e do Exército Brasileiro. Por fim, são realizadas as considerações finais.

A PAN-AMAZÔNIA

A bacia amazônica cobre significativa porção dos territórios do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e, de maneira menos acentuada, o território da Venezuela; e, de forma marginal, os países do platô das guianas. O bioma amazônico é mais extenso, abrangendo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e o território ultramarino da França, a Guiana Francesa. A região composta pela bacia hidrográfica e o bioma têm mais de 7,8 milhões de quilômetros quadrados (Raisg 2009).¹ Ressalta-se que o termo Pan-Amazônia engloba todos estes países e o território francês (Mapa 1).

Penna Filho (2013, 94) aponta que esta área equivale a aproximadamente 60% da superfície da América Latina, e o Brasil tem a maior porcentagem total. Entretanto, nos outros países a porcentagem classificada como percentente à Amazônia supera os 40% dos territórios nacionais (Tabela 1).



Mapa 1 – A Pan-Amazônia.

Fonte: Os autores.

Tabela 1
Extensão total da região amazônica
em comparação com o território continental de cada país

País	Superfície total (km ²)	Superfície amazônica (km ²)	% Amazônia no território do país	% da Pan-Amazônia
Brasil	8.514.876	5.006.316	58,8	64,3
Bolívia	1.098.581	475.278	43,3	6,1
Colômbia	1.138.910	483.119	42,4	6,2
Equador	248.406	116.604	46,9	1,5
Guiana	214.969	214.969	100,0	2,8
Guiana Francesa	86.504	86.504	100,0	1,1
Peru	1.285.215	782.820	60,9	10,1
Suriname	163.820	163.820	100,0	2,1
Venezuela	916.445	453.915	49,5	5,8
Total	13.667.726	7.783.345	—	100

Fonte: Raisg 2012. Última coluna e linha com os totais foram adicionadas pelos autores.

A Pan-Amazônia tem riquezas tangíveis e intangíveis, como argumenta Penna Filho:

A floresta detém o maior número de espécies vivas do planeta, a maior reserva de água doce, madeiras nobres, vastas jazidas minerais, muitas sequeiras mapeadas, e grande potencial para geração de energia hidrelétrica, dentre outros recursos. [...] todo o potencial genético contido em seu ecossistema e a imensurável riqueza traduzida na diversidade de sua população, ainda mais com grupos indígenas que sequer travaram contato com o chamado homem “branco” (Penna Filho 2013, 96).

No entanto, ainda que existam reservas minerais e petrolíferas importantes, disponibilidade de terras agricultáveis, possibilidades de geração de energia hidrelétrica capaz de sustentar o desenvolvimento regional (Raisg 2012), por vezes todos estes aspectos oscilam entre o ilegal, como os garimpos, os desmatamentos, a biopirataria, os riscos ambientais diversos; e a construção de iniciativas progressistas e/ou sustentáveis, de acordo com cada período histórico do país.

Ainda, Penna Filho (2013, 98) aponta que a realidade atual é que existem áreas onde os Estados não materializam sua presença, o que gera a sensação de vazio de poder, um ambiente de ilegitimidade, o qual normalmente é ocupado pelas atividades e interesses associados a ilícitudes de diversas naturezas e com grandes impactos ambientais, o que ajuda a legitimar e dar força no contexto internacional ao discurso de proteção ambiental por Estados ou organizações que possam fazer.

Não é de hoje que existe uma intensa atividade com relação aos assuntos amazônicos, em muitos casos com interesses políticos e econômicos que contrariam os interesses dos países amazônicos. Além da retórica ecológica de muitos ambientalistas, assistimos a declarações de Chefes de Estado, ou de ex-Chefes de Estado, de outros países que enfatizam a necessidade de “proteção” internacional da floresta (Penna Filho 2013, 99).

Além disso, Ramires (2010, 37) considera a ação de organizações não governamentais, empresas, laboratórios e indústrias, que utilizam a retórica ambiental, a pesquisa e a exploração, assim como a questão indigenista, para promover interesses próprios. De fato, a questão ambiental ganhou força a partir do final da década de 1960, quando foi publicado o *The population bomb* [1968] (Ehrlich and Ehrlich 2009, 63) e, logo em seguida, o relatório “Limites do Crescimento”, do chamado Clube de Roma (Meadows et al. 1972). Estes estudos, em paralelo a diversos outros, alertavam para uma catástrofe ambiental global e foram motivo para o início de uma série de

conferências e debates, dentro dos quais a perspectiva da preservação do meio ambiente como algo fundamental à segurança humana (Griggs 2013).

Cabe destacar também que a constituição das fronteiras e a posse dos territórios nacionais na região amazônica são compostas por uma série de histórias que remetem às estratégias e capacidades das coroas portuguesa e espanhola, passando pelas independências sul-americanas e as primeiras distribuições de limites baseadas, ainda, nos antigos vice-reinados e colônias, e, após isso, às guerras e disputas diplomáticas entre as nações, que alteraram limites fronteiriços na região até a última década do século XX. “[...] no ano de 1995, as Repúblicas do Equador e do Peru se enfrentaram, numa guerra que foi a última ocorrida na América do Sul” (Iturralde 2016, 14).

Estes pontos apresentados nos conduzem a algumas questões: os países que compõem a Pan-Amazônia têm securitizado a região como forma de garantir sua soberania sobre o território? Como as Forças Armadas destes países têm se preparado para dissuadir um possível inimigo nesta área geoestratégica?

SECURITIZAÇÃO, DISSUASÃO E EFICIÊNCIA MILITAR

Os Estudos de Segurança Internacional surgiram após a Segunda Guerra Mundial, focados em compreender como e quais eram as estratégias dos Estados contra as ameaças internas e externas. Nesse contexto, o conceito de securitização é apresentado por Buzan e Hansen: “A securitização refere-se, mais precisamente, ao processo de apresentação de uma questão em termos de segurança, ou seja, como uma ameaça existencial” (Buzan and Hansen 2009, 214, tradução nossa). Ainda, Cavalcante (2012, 4) destaca que o referido conceito está “baseado na visão dos autores da Escola de Copenhague, que apresentam o tema da segurança internacional”:

para os autores dessa Escola, como Barry Buzan, um tema de segurança é uma construção subjetiva realizada por certo ator, com o objetivo de justificar certas ações, que não seriam possíveis se esse tema permanecesse com um *status* de normalidade (Cavalcante 2012, 4).

Sendo assim, as respostas de um Estado nacional podem ter formas e graus variados, indo do uso da diplomacia ao uso da violência por meio das forças militares. Nye analisa tal aspecto em termos da gradação entre o *soft power* e o *hard power* das nações (Nye 2012). Os países amazônicos responderam à securitização por meio de ações diplomáticas, como na assinatura de tratados e na criação de agências comuns que fomentavam o desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, ratificavam a soberania destas nações sobre seus territórios. Tais aspectos podem ser claramente percebidos no

Tratado de Cooperação Amazônica (TCA, de 1978) e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA, de 1985).

Além do TCA, poderíamos investigar outros tratados. Contudo, não nos detemos, neste artigo, em investigar as iniciativas puramente diplomáticas, mas sim à disposição de usar a força para proteção da região. O uso da força não necessita ser direto, pois o simples fato da presença (permanente ou temporária) de força armada considerada capaz de cumprir os desígnios da autoridade política é o suficiente para dissuadir ações em contrário. A dissuasão militar não é um simples “blefe”, pois é preciso ter forças armadas dotadas de capacidades reais, e, para isto, elas devem ser eficientes. Esse aspecto nos leva a investigar outros dois conceitos: o de dissuasão e o de eficiência militar.

Desde Sun Tzu (2014), pode-se observar a importância de uma estratégia de dissuasão voltada a fazer o inimigo desistir da ideia de atacar. Mas foi após os anos 1950, durante a Guerra Fria, que o tema ganhou relevância. Antunes (2007, 31) aponta que, como produto da Guerra Fria, as teorias de dissuasão clássicas refletem a relação de hostilidade entre os EUA e a URSS, sob o espectro de ameaça de emprego das armas nucleares. Já Frias (2016, 105) critica que a teoria clássica da dissuasão foi desenvolvida apenas no âmbito da dissuasão nuclear, deixando a dissuasão convencional desatendida. Atualmente, os Estados têm que enfrentar novas ameaças, as quais representam novos desafios, mas também trazem novamente à baila a dissuasão convencional e regional como uma forma de resolver problemas. De fato, sendo a América do Sul uma região livre de armas nucleares, as estratégias de dissuasão oriundas da era nuclear não fazem sentido. Para Antunes, o papel da dissuasão convencional é válido.

As forças convencionais (dissuasão convencional) assumem atualmente um papel primordial na credibilidade da dissuasão, visto serem as mais apropriadas para combater as novas ameaças, para as quais a dissuasão nuclear não se constituiu como instrumento adequado. As forças convencionais constituirão o meio por excelência no esforço principal de prevenção e retaliação, o que implica que devem possuir uma maior flexibilidade de emprego, uma adequada preparação para guerras prolongadas no tempo, enfrentando adversários “transformáveis”, hoje simétricos, amanhã assimétricos (Antunes 2007, 39).

Desta forma, as forças convencionais, ou seja, a dissuasão convencional, é importante para várias forças armadas modernas do século XXI, quer seja de país sul-americano, nação europeia ou país detentor de capacidade nuclear e convencional superior — Estados Unidos da América (EUA). Na Tabela 2 são elencados o conceito do termo “dissuasão” adotado pelas

Forças Armadas de cinco países: Brasil, Equador, Peru, Espanha e EUA, a fim de propiciar visão holística do mesmo, fruto de revisão bibliográfica.

Ainda, Frias, após analisar a dissuasão no mundo contemporâneo, busca conceituar a dissuasão da seguinte forma:

[É] a tentativa de reestruturar o conjunto de opções oferecidas aos líderes de um país ou grupo de países, realizadas pelos líderes de outra nação ou grupo de nações, ao formular uma ameaça aos seus interesses fundamentais. Esta reestruturação pretende excluir a consideração da agressão armada (Frias 2016, 106, tradução nossa).

É importante reconhecer que o propósito da dissuasão sempre vai ser o de evitar uma ação violenta. Além disso, outra característica que normalmente é esquecida para se ter uma dissuasão eficiente é a mensagem de que a força militar deve ter um emprego potencial, ou seja, “sua mera existência (independentemente de seu uso real) exerce uma função dissuasora em si, pois, em si mesma, constitui uma mensagem para o adversário” (Frias 2016, 107, tradução nossa).

A análise da dissuasão não pode limitar-se a seu conceito. A dissuasão tem componentes ou elementos que permitem seu desenvolvimento? A resposta é afirmativa, pois Carrasco e Márquez (2004, 38 e 63) determinam os seguintes componentes da dissuasão: definição dos interesses a proteger, desenvolvimento de um meio para comunicar a disposição política a fim de preservar esses interesses, desenvolvimento de uma forma crível de coerção baseada nas forças armadas, desenvolvimento de forças materiais e morais (qualidade sobre quantidade) e vontade política para o emprego dos recursos, visando preservar os interesses. Ainda, podemos verificar que existem elementos constitutivos que se repetem, como é o caso de preparação militar e o desenvolvimento de forças materiais. Esse é o ponto onde devemos observar as explicações a respeito da eficiência militar.

Tabela 2
Conceitos de dissuasão no século XXI

País / Documento	Ano	Texto
Brasil Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (C20-1)	2003	Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (Brasil 2003, D-13).
Brasil Manual de Doutrina Militar de Defesa, (MD51-M-04)	2007	Caracteriza-se pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar (Brasil 2007, 36/48).
Equador manual de estratégia (revisão) (CEDE)	2010	Para alcançar um potencial efeito dissuasório, devemos, no mínimo, desenvolver uma capacidade militar necessária e suficiente para que sua mera ostentação crie nas forças antagônicas o efeito desejado da dissuasão propriamente dita, e por isto deve-se ter um organismo armado, capaz e eficiente (moral, física e materialmente) (Equador 2010, 154, tradução nossa).
Peru Dicionário das Forças Armadas para operações e ações conjuntas (MFA-CS-11-01)	2011	Ação de dissuadir uma coisa. Ação estratégica de represália preparada por um Estado com o objetivo de dissuadir um adversário de iniciar um ataque. Ação ou o conjunto de ações que, mediante o uso ou ameaça do uso da força, desanima, desestimula ou retrai, da execução de um ato hostil ou intento hostil, eliminando a alternativa do uso da força como opção aceitável por parte de um potencial adversário. Situação em que um ou mais adversários renunciam a uma ação ou a limitam em vista de que o risco é superior ao êxito que se espera. A dissuasão é função de fatores psicológicos e materiais, e trata de alcançar o objetivo proposto não pela vitória militar, mas sim pela estratégia indireta (Peru 2011, D-5, tradução nossa).
Espanha Emprego das Forças Terrestres (PD1-001)	2011	Consiste em manter uma força militar adequada para convencer a qualquer agressor potencial de que o uso da força contra o território nacional se encontrará com uma reação militar eficaz, e que os riscos que implica a iniciativa do conflito excederão a qualquer lucro previsto (Espanha 2011, B-1, tradução nossa).
EUA Manual de Operações (FM 3-0)	2017	A intenção da fase de dissuasão é prevenir que um adversário atue de forma indesejável por meio da postura de capacidade amigável, demonstrando a vontade de usá-la (EUA 2017, 1-13, tradução nossa).

Fonte: Os autores.

Os estudos sobre a eficiência militar analisam essencialmente quais são os fatores que constituem forças armadas capazes de alcançar vitórias nos campos de batalha, impondo as vontades de uma nação (ou aliança) sobre outra (Millett and Murray 1988; Brooks 2007). “Na antiguidade, a superioridade militar foi obtida como consequência da posse de armas de melhor qualidade, melhor treinamento, táticas novas e, em grau respeitável, das virtudes civis e morais das pessoas” (Ugarte 2001, 18, tradução nossa).

Com o advento dos Estados-Nação outros elementos passaram a ser analisados, pois, para Brooks (2007, 9), o poder do Estado nacional está em suas expressões política, econômica, psicossocial e militar. A Expressão do Poder Militar se reforça pelo emprego de recursos básico, além da eficiência militar. Para a autora, “a eficiência militar vem a ser a capacidade de criar poder militar a partir dos recursos, da riqueza, da tecnologia, do índice populacional e do capital humano” (Brooks 2007, 9, tradução nossa). Um dos pilares da eficiência militar é o capital humano, ou seja, sem tropas capacitadas e treinadas não se pode falar em dissuadir.

Brooks elenca os seguintes atributos da eficiência militar:

- 1º: Integração dos objetivos políticos, estratégicos e táticos do treinamento, dos conceitos operacionais e do apoio logístico, sistema e planos;
- 2º: Resposta para executar as atividades, com capacidades estatais, considerando os adversários e o meio externo, para aproveitar as fraquezas do inimigo e para possuir processos de avaliação internos;
- 3º: Destreza na assimilação fluente de tecnologia, na motivação dos soldados e das unidades e na sincronização da execução das operações; e
- 4º: Qualidade na natureza das armas empregadas, na habilidade para minimizar as deficiências na mobilidade e na potência de fogo (Brooks 2007, 15).

“Os Estados em que os soldados demonstram claramente estes atributos vão permitir um melhor uso dos recursos que irão evidenciar o Poder Militar” (Brooks 2007, 10, tradução nossa). Se pudermos verificar um aspecto comum entre todas estas atribuições, iremos encontrar o treinamento, em todos os níveis. Só o treinamento pode dar a uma força conjunta (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou combinada (vários países) integração em suas operações, resposta frente às ameaças, destreza na aplicação das técnicas de combate e qualidade para o uso de suas armas. Enfim, o treinamento é um elemento essencial na constituição de Forças Armadas eficientes. Corroborando com esta afirmação temos Molina (1994, 143) e

Carrasco e Márquez (2004, 63), que apontam a preparação como um elemento fundamental na mensuração da eficiência das Forças Armadas.

Os efetivos devem receber um treinamento voltado ao teatro de operações em que vão atuar. No caso da região amazônica, majoritariamente a selva. Desta forma passaremos a investigar como e quando surgem as escolas de “Guerra na Selva”, voltadas à pesquisa e ao ensino de estratégias, doutrinas e táticas específicas desse meio ambiente singular.

ORGANIZAÇÕES MILITARES E ESCOLAS DE SELVA

Os aspectos ligados ao ambiente como clima, estações do ano, terreno e vegetação sempre constituíram uma parte importante para o planejamento de operações militares. Nesse contexto, quando a selva passa a ser um elemento abordado de forma específica para o preparo de tropas, táticas e estratégias?

Em sua obra, *Da Guerra*, Clausewitz tem um capítulo específico para *A defesa das Florestas*, onde aborda os tipos de florestas e os tipos de defesa e ataque propícios em cada uma delas. (Clausewitz 1984, 535). Mas é claro que o general prussiano do século XIX não conhecia as florestas equatoriais. Historicamente, no século XX, as primeiras tropas consideradas *experts* em selva (floresta equatorial) eram as japonesas durante a Segunda Guerra Mundial, devido à sua experiência de combate no sudeste asiático. O primeiro ministro inglês Winston Churchill, ao comentar a ação dos inimigos na campanha da Birmânia, apontava para “a lenda da invencibilidade japonesa na selva” (Churchill 2017, 980).

Como resposta às necessidades das tropas dos Estados Unidos que combatiam nas ilhas do Pacífico e no sudeste asiático, surge um dos primeiros manuais de guerra na selva, o *Jungle Warfare* (FM 31-20) editado em 15 de dezembro de 1941 pelo US War Department. Este *handbook* foi depois atualizado com o *Jungle Warfare* (FM 72-20), de outubro de 1944. São manuais que iniciam afirmando: “In jungle warfare the soldier fights two enemies: man and nature” (US 1944, 1). Segundo os manuais, a selva impõe desafios logísticos de aclimação ao militar e às operações propriamente ditas.

Conditions of terrain and climate will have marked effects on tactical operations. In determining the feasibility of a desired tactical operation, supply considerations are often decisive. They will ordinarily assume a greater importance than in operations conducted in temperate climates or in areas where jungles are non-existent (US 1944, 3-5).

Como se lê na afirmativa, as características do terreno e do clima influenciam de forma diferente no modo de conduzir as operações em ambientes de selva de regiões de clima temperado e, igualmente, nas florestas equatoriais que estão presentes na América do Sul, África e Ásia.

Atualmente, na Pan-Amazônia se encontram unidades militares (Tabela 3), localizadas em diferentes pontos das bacias hidrográficas, próximas dos nós dos modais de transporte, de projetos de desenvolvimento governamentais ou de áreas consideradas sensíveis. Cada uma das organizações militares criadas (ou transferidas) na Amazônia respondem a contextos históricos-políticos diferentes e cumprem papéis além das missões constitucionais de defesa do território (Franchi et al. 2011, 29).

Tabela 3
Unidades militares na região amazônica

País	Organização Militar (siglas)			Total
Colômbia	22º Batalhão de Selva (22º BS)	27º BS 28º BS	31º BS	4
Brasil	1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) 2ª Bda Inf SI	16ª Bda Inf SI 17ª Bda Inf SI	22ª Bda Inf SI 23ª Bda Inf SI	6
Equador	17º BS	19º BS	21º BS	3
Suriname	1 Brigada (menos)			1(-)
Bolívia	1ª Divisão (1ª DIV) 3ª DIV 4ª DIV	5ª DIV 6ª DIV	8ª DIV 9ª DIV	7
Guiana Francesa	3º Regimento Estrangeiro de Infantaria (3º REI) — Legião Estrangeira			1
Guiana	1 Batalhão			1
Peru	6º BS	26º BS	35º BS	3
Venezuela	51º BS	52º BS	53º BS	3

Fonte: Os autores.

Embora a presença dessas unidades seja secular, foi somente a partir de meados do século XX que escolas especificamente direcionadas para o emprego em selva começaram a ser criadas, pois, mais do que possuir organizações militares, a capacidade de dissuasão é favorecida, na medida em que estas são reconhecidas como *experts* na formação de especialistas em operações neste ambiente ímpar — daí a necessidade de escolas e centros de treinamento específicos. Podemos verificar no mapa 2 os Centros de Instrução de Selva dos países que fazem parte da Pan-Amazônia.



Mapa 2 – Localização das Escolas de Selva dos países amazônicos.

Fonte: Os autores.

Na Tabela 4, observa-se a descrição de cada sigla do mapa acima, bem como a data de criação das mesmas.

Tabela 4
Escolas de Selva na Pan-Amazônica

País	Instituto	Data de Criação
Colômbia	Escola de Lanceros (ESLAN) Escola de Selva (ESSEL)	ESLAN: 06/10/1955 ESSEL: 2009- 2012
Brasil	Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)	02/03/1964
Equador	Escola de IWIAS (EIWIAS) Escola de Selva e Contra Insurgência do Exército (ESCIE)	EIWIAS: 1980 ESCIE: 1981
Suriname	Kamp Mosanto (KMS)	1994
Bolívia	Centro de Instrucción de Operaciones en Selva (CIOS)	17/01/1996
Guiana Francesa	Centro de Treinamento para a Floresta Equatorial (CEFE)	2000
Guiana	Jungle and Amphibious Training School (JATS)	2006
Peru	Escola da Selva do Exército (ESSE)	07/06/2006
Venezuela	Centro de Adiestramiento de Combate de Infantaria em Selva (CACIS)	01/12/2013

Fonte: Os autores.

A Escola de Lanceros (ESLAN), na Colômbia, foi criada em meados dos anos 1950 e possuía cursos vocacionados ao combate irregular, ganhando cursos específicos para atuar na região de selva somente a partir de 1966. A principal demanda destes cursos era para o combate às guerrilhas no interior do próprio país, e não uma dissuasão contra elementos externos. Com existência breve, entre 2009 e 2012, criou-se a Escola de Selva (ESSEL), extinta no momento que se iniciaram as novas rodadas de negociação de paz com as Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia (FARC).

O Brasil foi o primeiro país a criar uma escola voltada para a especialização de militares em operações no ambiente de selva, em 1964. O Centro de Instrução de Guerra na Selva foi criado em um momento em que o país voltava esforços no sentido da integração nacional, com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, Brasília, e as primeiras obras de integração da mesma com a região amazônica, sendo realizadas pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

Nos anos 1980, o Equador cria duas escolas de Selva, pois vários dos conflitos daquela nação resultaram em perdas territoriais na região amazônica, como a Guerra de 1941 na Cordillera del Cóndor. As tropas de selva

neste contexto eram uma necessidade de dissuasão real contra um agente externo. Provaram-se efetivas em 1995, quando, mais uma vez, Equador e Peru enfrentaram-se nas nascentes do rio Cenepa, colocando à prova tais unidades.

Na década de 1990, o conflito colombiano com as FARC extrapolava as fronteiras nacionais. Neste contexto, mas também enfrentando problemas internos com o tráfico de drogas, a Bolívia cria, em 1996, o Centro de Instrucción de Operaciones en Selva (CIOP), com a função exatamente de adestrar suas tropas para o combate em selva e em operações contra o narcotráfico. Os demais países da região criaram cursos específicos em selva apenas no século XXI, tendo menor expressão.

A tabela 5 apresenta os extratos das missões de cada escola ou centro de treinamento em selva dos países amazônicos. Neles podemos distinguir, além da oferta da missão de treinar para o ambiente selvático, outras funções, como treinar para o combate irregular e para o combate ao narcotráfico.

Observa-se que todos os países amazônicos contam com cursos básicos para capacitar seus efetivos em combates na selva. Brasil, Equador e Peru são os países que oferecem maior número de cursos de selva, incluindo, além de cursos de treinamento básico, cursos destinados ao planejamento de operações, sendo diferencial importante, pois caracterizam a passagem dos níveis puramente táticos de formação de soldados para a capacitação de oficiais no planejamento de operações na selva. Ressalta-se, ainda, que os cursos ministrados no Equador e no Brasil são os mais antigos na região. Na sequência do trabalho, passaremos a detalhar as Escolas de Selva destes dois países.

AS ESCOLAS DE SELVA DO EXÉRCITO EQUATORIANO

No século XX, o Equador teve um histórico de 3 conflitos na região amazônica da Cordillera del Cóndor (1941, 1981 e 1995), todos eles contra o Peru. O último se concentrou na área do vale do rio Cenepa, “onde havia uma questão de limites pendentes devido ao fato de que não era possível se aplicar o estabelecido pelo Protocolo do Rio de Janeiro (1942) que estabelecia a fronteira sobre um divisor de águas, devido à presença do rio Cenepa” (Iturralde 2016, 14, tradução nossa).

Nesse sentido, a dissuasão faz parte das diretrizes da defesa do País, segundo a Agenda Política da Defesa 2014-2018, e o treinamento em selva como elemento dessa dissuasão é realizado desde 1981, onde o Equador, através do seu Exército, tem dois centros de treinamento em selva, dos quais o mais antigo é a Escola de Iwias (EIWIAS), que segundo o Relatório Histórico do Instituto (2017, 1, tradução nossa), “nasceu na Brigada de

Tabela 5
Missão das Escolas de Selva

País / Escola	Extrato da missão / Peculiaridades	Principais Cursos
Colômbia ² ESLAN (1955) ESSEL (2009/2012)	ESLAN: Necessidade de formar unidades de combate irregular. Forma e aperfeiçoa o combatente em técnicas de combate irregular com uma fase em selva. Treina militares colombianos e estrangeiros.	Lancero (ESLAN) Curso de Comandos de Selva (ESSEL)
Brasil CIGS (1964)	Especializar militares para o combate na selva; adestrar e avaliar tropas; realizar pesquisas e experimentações doutrinárias; valorizar e difundir a mística do guerreiro de selva; preservar o meio ambiente e projetar a boa imagem do CIGS, do Comando Militar da Amazônia e do Norte e do Exército em seu escopo de competência.	Curso de Operações na Selva (COS) Curso Internacional de Operações na Selva (CIOS) Curso de Planejamento de Operações na Selva (CPOS)
Equador EIWIAS (1980) ESCIE (1981)	EIWIAS: Treinar operações do âmbito militar no cenário selvático o soldado profissional nativo da região amazônica do Exército, através do conhecimento de suas capacidades e habilidades étnicas. ESCIE: Treinar operações do âmbito militar no cenário selvático os oficiais e praças das forças armadas e de países amigos, através do conhecimento e prática de procedimentos, técnicas e táticas de combate especializado.	Iwia (EIWIAS) Curso de Tigres (ESCIE) Jaguar (ESCIE)
Suriname ³ KMS (1994)	Aperfeiçoar o combatente em técnicas de combate em selva. Treina militar surinamês e estrangeiros. <i>Não é permanente.</i>	Estágios de Selva Curso de Selva
Bolívia ⁴ CIOS (1996)	Luta contra a produção e o tráfico de drogas. Treina militares bolivianas. Formar e aperfeiçoar o combatente em técnicas de combate em selva.	Curso de Selva
Guiana Francesa CEFE (2000)	Aperfeiçoar o combatente em técnicas de combate em selva. <i>Treina militares franceses, da Legião Estrangeira e estrangeiros.</i>	Curso Chef de Section Jungle
Guiana ⁵ JATS (2006)	Formar e aperfeiçoar o combatente em técnicas de combate em selva. Treina militares da <i>Guyana Defense Force</i> (GDF).	Básico de treinamento de Guerra na Selva. Jungle Warfare Course (JWC)
Peru ⁶ ESSE (2006)	Formar e aperfeiçoar o combatente em técnicas de combate em selva. Treina militares peruanos.	Curso Regular de Operações na Selva (CROS) Básico de Operações na Selva Monitores na Selva
Venezuela ⁷ CACIS (2013)	Aperfeiçoar o combatente em técnicas de combate em selva. <i>Localizado no limite com a Guiana, próximo do território litigioso do Essequibo.</i>	Curso de Selva

Fonte: Dados baseados em entrevistas com oficiais de nações sul-americanas (2018) e em pesquisas.

Selva 20 *PASTAZA* (20 BS), sendo gerado pela necessidade, na década de 1970, de formar aspirantes a soldados profissionais da região amazônica”. Naquela ocasião, foi criado o Centro de Instrução 20 (CI-20) que formou as três primeiras promoções de soldados Aucas,⁸ bem como os três cursos de selva em 1976, 1977 e 1978, ficando descontinuado em anos seguintes.

Segundo Granada (2011), em 1980, o Coronel Gonzalo Barragán, com uma visão baseada nos ensinamentos da História Militar, logo no conflito do Paquisha⁹ com o Peru, desenvolveu o primeiro curso de especialização chamado *Iwia*¹⁰ com soldados nativos da região amazônica, conjugando a cultura militar com o conhecimento ancestral, habilidades e destrezas das nacionalidades amazônicas, para formar um combatente de selva de elite e assim fornecer treinamento efetivo. A partir daquela data, os soldados *Iwias* iriam fazer parte dos quadros profissionais das unidades das Brigadas de Selva, principalmente das Companhias de Operações Especiais (COE) em Selva.

O Relatório Histórico (2017, 1, tradução nossa) descreve que a 20 BS passou a ser a “17 *PASTAZA*” (17 BS), e que nela se incluiu a Companhia de Operações Especiais em Selva 17 “*IWIA*” (COE 17). Em 18 de abril de 1992, foi criada a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Nativos do Exército (EFYPNE), mais conhecida como Escola IWIAS, localizada na Província de Pastaza, cantão Mera, paróquia Shell, cuja missão é formar, aperfeiçoar e especializar em operações do âmbito militar no cenário selvático os aspirantes a soldados e praças profissionais nativos da região amazônica do Exército equatoriano, através do conhecimento de suas capacidades e habilidades étnicas para obter um combatente capaz de cumprir missões especiais em selva, assim como as funções inerentes ao seu posto. A EFYPNE, desde 1992 até 1995, formou mais 4 turmas de soldados *Iwias*, a maioria deles empregados no conflito do Cenepa com o Peru.

Conforme o Relatório Histórico (2017, 2, tradução nossa), posteriormente ao Conflito do Cenepa, “mediante Ordem Ministerial de 10 de agosto de 1995, foi criado o Batalhão Escola de Operações Especiais 23 *IWIAS* (BEOES 23) integrado pela EFYPNE, a COE 17, a COE 19 e a COE 21”, todas elas constituídas por soldados nativos *Iwias* e comandadas por oficiais com o curso de TIGRES¹¹ A Escola e as companhias foram condecoradas pelo Governo Nacional com a medalha Mérito de Guerra no grau de Grande Cruz, por sua destacada participação durante o conflito.

Em 2001, o exército equatoriano desenvolveu outros cursos de especialização para oficiais e praças das outras regiões do país, melhorando a capacidade operativa no combate em selva. Em 2004, de acordo com a Lei Orgânica das Forças Armadas, a EFYPNE se separa do BEOES 23 e passa a ser o Batalhão de Operações Especiais da Quarta Divisão (BOES-

IV-DE), quando é criado um instituto independente com quadro de cargos próprio, a EIWIAS.

Durante sua visita em 2002, segundo o Relatório Histórico da EIWIAS (2017, 3, tradução nossa) o General James T. Hill, Chefe do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos de América, manifestou “[...] foi especialmente impactado pela habilidade de juntar a cultura indígena e a cultura militar e criar uma unidade de combate em selva de classe mundial”.

O segundo centro de treinamento em selva equatoriano, conforme Brito (informação verbal e escrita, 2017),¹² Tenente Coronel, Diretor da Escola de Selva e Contra Insurgência do Exército (ESCIE), descreveu o seguinte:

A ESCIE tem como missão aperfeiçoar, especializar e treinar em operações do âmbito militar no cenário selvático os oficiais e praças das Forças Armadas equatorianas e de países amigos, através do conhecimento e prática de procedimentos, técnicas e táticas de combate especializado, para incrementar a capacidade operativa em defesa interna e externa da nação. Diferentemente da EIWIAS, a ESCIE treina oficiais e praças não nativos e não considera cursos de formação, somente aperfeiçoamento e especialização.

A ESCIE foi criada em 3 de agosto de 1981, pela Ordem Geral nº 136, na paróquia Montalvo, cantão El Puyo, na província Pastaza, com dependência administrativa e disciplinar da Brigada de Selva 20 “*PASTAZA*”. Seu primeiro Comandante foi o Tenente Coronel Manuel E. Yépez, egresso do Centro de Instrução de Guerra da Selva brasileiro. Devido aos problemas logísticos, foi transferida para a cidade de Lago Agrio e, depois, em dezembro de 1982, instalou-se de maneira definitiva em Porto Francisco de Orellana (El Coca).

Durante a campanha do Cenepa, entre janeiro e fevereiro de 1995, todos os oficiais equatorianos comandantes de equipes de combate,¹³ companhias de selva, grupos de forças especiais, sub agrupamentos¹⁴ e agrupamentos táticos¹⁵ foram oficiais que treinaram na ESCIE e completaram o curso de TIGRES. Esta amálgama de treinamento como efeito dissuasivo, inicialmente com a liderança dos oficiais em combate, tornou-se uma das ferramentas mais importantes no momento de empregar os recursos humanos e materiais no combate em ambiente selvático.

Em 1996, foi inaugurada a Base de Treinamento “Capitão Giovanni Calles Lascano”, onde são desenvolvidos os cursos e treinamentos para militares do Brasil, França (Legião Estrangeira), Estados Unidos, México, Venezuela e Bolívia.

Cabe ressaltar ainda que, durante estes quase 40 anos de história, todo o pessoal profissional do exército equatoriano tem feito pelo menos um curso ou treinamento em selva.

Desta forma, conclui-se, parcialmente, que a Escola de Iwias e a ESCIE são estabelecimentos de ensino que favorecem a capacidade dissuasória equatoriana na Pan-Amazônia, dado o trabalho desempenhado ao longo de anos, inclusive com a experiência de empregar profissionais oriundos de ambas em conflitos reais.

A ESCOLA DE SELVA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Na Amazônia brasileira, a especialização de oficiais e praças em operações na selva fica a cargo do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) localizado em Manaus/AM, pois o Exército, no contexto dos programas do governo voltados para a região, intensificou a sua presença a partir da segunda metade do século XX. Na área de ensino, instrução e pesquisa, foi criado o CIGS, em 2 de março de 1964, pelo Decreto nº 53.649 (Brasil 2018, 4), tendo como seu primeiro Comandante o então Major de Artilharia Jorge Teixeira de Oliveira, conhecido como “Teixeirão”.¹⁶

O CIGS tem como missão especializar militares para o combate na selva, além de realizar pesquisas e experimentações doutrinárias para a defesa e proteção da Amazônia brasileira (Brasil 2019), contribuindo, desta forma, para a capacitação das tropas localizadas por toda a região amazônica e, conseqüentemente, para ampliar a capacidade dissuasória do Exército.

O primeiro Curso de Operações na Selva (COS) funcionou no ano de 1966, sendo ministrado em duas categorias, uma para oficiais e outra para subtenentes e sargentos. A partir de outubro de 1969, passou a ser de três categorias: “A” para oficiais superiores, “B” para capitães e tenentes e “C” para subtenentes e sargentos. Em 2010, mais três categorias foram instituídas: “D” para subtenentes e 1^{os} sargentos; “E” e “F”, respectivamente, para oficiais e sargentos do Serviço de Saúde. Em 2013, funcionou a categoria “G” para cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Tais categorias propiciaram ao CIGS a possibilidade de especializar maior quantidade e diversidades de profissionais, contribuindo para a eficiência militar das Forças Armadas brasileiras.

Os cursos ocorrem no campo de instrução do CIGS, com cerca de 1.150km² de área de selva, limitada pelos rios Puraquequara e Preto da Eva, Rodovia AM-010 e rio Amazonas, sendo de floresta primária preservada, e conhecido como “Quadrado Maldito”, no qual existe um complexo de 7 Bases de Instrução (Brasil 2018, 5). Atualmente, tem funcionado no CIGS os COS categorias “B” e “C”, pois o público alvo do COS categoria “A”

será inserido no Curso de Planejamento de Operações na Selva¹⁷ (CPOS) a partir de 2019. Além disto, ressalta-se que os egressos desta Escola de Selva ocupam diversos postos das Brigadas de Infantaria de Selva e de suas unidades diretamente subordinadas, contribuindo com a eficiência militar e sendo fator multiplicador da doutrina de operações na selva, na medida em que ministram instruções para praças e oficiais que chegam na região amazônica.

Ao longo de seus 55 anos de existência, o CIGS especializou 6.446 Guerreiros de Selva (Brasil 2018, 8), dos quais 561 eram militares de nações amigas. Dentre estes, pode-se destacar os países da Pan-Amazônia (tabela 6). A quantidade de militares que recorrem ao treinamento do CIGS demonstra o reconhecimento internacional de inúmeras forças armadas ao trabalho deste Centro de Instrução.

Tabela 6
Militares estrangeiros formados no CIGS

Ordem	Origem	Quantidade
1	França (Guiana Francesa)	127
2	Equador	62
3	Guiana	44
4	Suriname	32
5	Peru	26
6	Venezuela	25
7	Bolívia	10
8	Colômbia	07

Fonte: Brasil (2018, 8). Elaborada pelos autores.

Ainda, com relação à sua experiência internacional, o CIGS tem habilitado inúmeros oficiais e praças brasileiros que estão sendo enviados a diversos países da Pan-Amazônia para serem instrutores e alunos em suas respectivas Escolas de Selva. Nesse mesmo sentido, o CIGS realiza o Curso Internacional de Operações na Selva (CIOS), voltado exclusivamente para alunos estrangeiros, além de ter gerenciado a Competição Internacional de Patrulhas (CIPA), projetando o Brasil e fomentando sua capacidade dissuasória no concerto das nações, na medida em que se consagra como difusor da doutrina de operações na selva.

Sendo assim, pode-se inferir que o reconhecimento internacional do CIGS advém de sua longa tradição em ser o polo irradiador da doutrina de

operações na selva, o que favorece a eficiência militar das tropas de selva do Exército Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação das Escolas de Selva na região Pan-Amazônica cumpre papel fundamental no escopo da capacidade dissuasória convencional, uma vez que, devido às características naturais da área, é imposto ao planejamento e a execução militar o uso de unidades capazes de movimentar-se e resistir nesse ecossistema, além de limitar o emprego de outros tipos de unidades militares.

No caso do Equador, a EIWIAS e a ESCIE, que foram criadas em 1980 e 1981, respectivamente, formaram alunos que atuaram na guerra do Cenepa, em 1995, demonstrando a eficiência de tais unidades e garantindo ao país resultado positivo no conflito e, principalmente, posição vantajosa no momento das negociações daqueles limites territoriais.

No Brasil, o CIGS, criado na década de 60, foi, e é, centro de experimentação e difusor de doutrinas de combate na selva, sendo que, devido a este papel, contribuiu para a formação de outras escolas nos demais países, como no próprio Equador. De outro lado, os efetivos especializados permitem ao Brasil manter a presença de tropas aptas a operar em suas extensas fronteiras amazônicas, garantindo a soberania nacional.

Observa-se, ainda, que os militares especializados nas Escolas de Selva da região atuam como fator multiplicador dos conhecimentos adquiridos, ao trabalharem nas diversas unidades militares de seus respectivos países, fortalecendo a expressão do poder militar e, por conseguinte, a capacidade dissuasória convencional.

A estratégia da dissuasão adotada pelos países Pan-Amazônicos, no que diz respeito à adoção de Escolas de Selva, tem sido eficiente em corroborar com a integridade territorial de suas respectivas nações. Destaca-se que tal medida está alinhada com o discurso de autoridades da região, as quais têm ressaltado a importância estratégica da Pan-Amazônia e estimulado a integração da região, visando a fazer frente a pretensões extra-regionais de internacionalização e de securitização de temas ligados aos recursos naturais.

Por fim, conclui-se que as Escolas de Selva dos exércitos equatoriano e brasileiro têm ampliado a capacidade dissuasória de suas Forças Armadas na Pan-Amazônia, em função suas raízes históricas, seu reconhecimento internacional e sua vocação de tornar seus respectivos exércitos mais aptos para o combate naquela região.

REFERÊNCIAS

Antunes, Paulo José da Conceição. 2007. “A alteração do conceito de dissuasão: contributos para a sua conceptualização”. *Revista Militar*, no. 2460 (Jan.). 47 p. <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/177>.

Brasil. 2003. Estado-Maior do Exército. Exército Brasileiro. C20-1 – *Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército*. 3. ed. Brasília.

_____. 2007. Ministério da Defesa. MD 51-M-04 – *Doutrina Militar de Defesa*. 2. ed. Brasília.

_____. 2018. *Almanaque do CIGS*. Centro Coronel Jorge Teixeira. 03 de outubro de. 165 p.

_____. 2018. Ministério das Relações Exteriores. 1978. *Tratado de Cooperação Amazônica*. TCA. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>.

_____. 2019. *A história do CIGS*. Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Centro Coronel Jorge Teixeira. <http://www.cigs.eb.mil.br/o-cigs.html>.

Brooks, Risa. 2007. “The impact of culture, society, and institutions and international forces on military effectiveness”. In: _____. *Creating military power: the sources of military effectiveness*. Stanford: Stanford University Press, 1-26.

Buzan, Barry, and Lene Hansen. 2009. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge. 384 p.

Carrasco, Marco Bustos, and Pablo Rodríguez Márquez. 2004. *La disuasión convencional, conceptos y vigencia*. Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos. Ministerio de Defensa Nacional. Chile: Mago Editores. <http://www.anepe.cl/wp-content/uploads/LIBRO-ANEPE-N%C2%BA-6.pdf>.

Cavalcante, Ana. 2012. “Um estudo do ‘Especial Amazônia’ do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais sob o espectro da matriz securitização da Amazônia”. *Cadernos de Relações Internacionais* 5, no. 1, 1-25. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20322/20322.PDFXXvmi>.

Churchill, Winston Sir. 2017. *Memórias da Segunda Guerra Mundial 1941-1945*. Rio de Janeiro: Harper Collins.

Clausewitz, Carl von. 1984. “Teoria da Guerra”. In: _____. *Da Guerra*. London: Oxford University Press. (versão traduzida pela EGN, p. 138-197). <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>.

Ecuador. Ejército. Comando de Educación y Doctrina Militar Terrestre (CEDMT). 2010. *Manual de Estrategia*. Revisión Quito.

_____. Comando de Educación y Doctrina Militar Terrestre (CEDMT). 2017. *Educando al Ejército del futuro*. <http://cedeejercito.mil.ec/>.

_____. EIWIAS. 2017. *Relatório Histórico*. La Shell.

Ehrlich, Paul R., and Anne H. Ehrlich. 2009 "The Population Bomb Revisited". *The Electronic Journal of Sustainable Development* 1, no. 3, 63-71. <http://www.populationmedia.org/wp-content/uploads/2009/07/Population-Bomb-Revisited-Paul-Ehrlich-20096.pdf>.

Espanha. Ministerio de Defensa. 2011. Ejército de Tierra Español. Empleo das Forças Terrestres. PD1-001. Madrid: Secretaría General Técnica, Mando de Adiestramiento y Doctrina.

EUA. Army. Operations. 2017. FM 3-0. Headquarters, Department of the Army. <https://archive.org/details/FM3-0OperationsOctober2017/page/n15>

Franchi, T., M. Bursztyn, and J. A. L. Drummond. 2011. "A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX". *Novos Cadernos NAEA* 14 no. 1 (Jan.), 21-41. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/597>.

Frias, C. J. 2016. "La Disuasión Convencional". *Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos* 8, 103-125. <https://cover.vectorsf.net/index.php/ieee/article/view/286>.

Granada, Dario. 2011. *Escola de Iwias, reseña histórica*. <http://dgranada.blogspot.com.br/2011/09/escuela-de-iwias.html>.

Griggs, David J. 2013. "Sustainable development goals for people and planet". *Nature* 495, 305-307. https://www.researchgate.net/publication/235968344_Sustainable_Development_Goals_for_People_and_Planet.

Iturralde, Miguel. 2016. *A Influência do Treinamento de Selva do Exército Equatoriano no Resultado do Conflito do Cenepa (1995)*. Tese de Mestrado. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro.

Meadows, Donella H. et al. (Orgs.). 1972. *The limits to growth*. Londres: Earth Island Limited. <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>.

Millett, Allan Reed, and Williamson Murray (Ed.). 1988. *Military Effectiveness*. Routledge.

Molina, César. 1994. *Disuasión Estratégica del Ecuador para evitar un posible conflicto con el país del Sur*, 192 f. Trabajo de investigación – XXI Curso Superior de Seguridad Nacional y Desarrollo. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales. <http://repositorio.iaen.edu.ec/bitstream/24000/4497/1/Molina%20C.%20C3%A9sar%20H..pdf>.

Nye, Joseph S. 2012. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá.

Penna Filho, Pio. 2013. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. *Revista Brasileira de Política Internacional* 56, no. 2, 94-111. <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a06.pdf>.

Raisg. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. 2009. *Amazonia 2009 – Protected areas and indigenous territories*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Raisg. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. 2012. *Amazônia sob pressão*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Ramires, Edson. 2010. Amazônia legal, como mantê-la brasileira: proposta para preservar a soberania na região. *Revista da Escola Superior de Guerra* 25, no. 51, 24 – 48. http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_51.pdf.

Sun Tzu. 2014. *A arte da guerra*. Tradução de Antônio Celiomar Pinto de Lima. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Coleção Vozes de Bolso.

Ugarte, José Manuel. 2001. *Los conceptos de defensa y seguridad en América Latina: sus peculiaridades respecto de los vigentes en otras regiones, y las consecuencias políticas de tales peculiaridades*. Latin American Studies Association. <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/UgarteJoseManuel.pdf>.

United States. US. 1944. *Jungle Warfare*. FM 72-20. Washington: War Department (Out.). <https://ia800300.us.archive.org/30/items/Fm72-20/Fm72-20.pdf>.

NOTAS

1. Segundo a RAISG, o mapa da Pan-Amazônia é a somatória dos limites políticos nacionais. Na Bolívia, Peru e Venezuela, eles coincidem com o limite biogeográfico; no Equador e Colômbia, correspondem aos municípios ou às províncias que compreendem o limite biogeográfico; e, para o Brasil, é a definição administrativa “Amazônia Legal”. <https://www.amazoniasocioambiental.org/mapas/>.
2. Entrevista López, J. Entrevista 2. [jun. 2017]. Entrevistador: autores. Cel López Juan é Adido Militar de Defesa do Equador na Colômbia.
3. Entrevista Jagdew, H. Entrevista 3. [jun. 2017]. Entrevistador: autores. Maj Jagdew Heimwee foi Oficial de Nação Amiga (ONA) do Suriname na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
4. Entrevista Flores, F. Entrevista 4. [jun. 2017]. Entrevistador: autores. TC Flores Fausto foi instrutor convidado na Bolívia.
5. Entrevista Jagdew, H. Entrevista 3. [jun. 2017]. Entrevistador: autores. Maj Jagdew Heimwee foi ONA do Suriname na ECEME.
6. Entrevista Linares, Iván. Entrevista 5. [jun 2017]. Entrevistador: autores. Maj Linares Iván foi ONA do Peru na ECEME.
7. Entrevista López, J. Entrevista 2. [jun. 2017]. Entrevistador autores. Cel López Juan é Adido Militar de Defesa do Equador na Colômbia.
8. Nome de uma etnia amazônica equatoriana adotada pelas promoções de aspirantes a soldados.
9. Setor não delimitado em 1985 na Cordillera del Cóndor.
10. Em língua Shuar significa “demônio da selva”.
11. Curso de aperfeiçoamento de combate em selva para os oficiais do exército do Equador realizado na ESCIE.
12. Entrevista concedida por Brito, J. Entrevista 1. [jun. 2017]. Entrevistador: autores. Via e-mail e pelo telefone.
13. Organização especial de combate em selva, constituída por 42 militares profissionais.
14. Organização temporária especial de combate em selva, nível companhia reforçada.
15. Organização temporária especial de combate em selva, nível batalhão reforçado.
16. Segundo o Website do CIGS, na sua descrição histórica, o Centro, até junho de 1969, esteve subordinado ao Grupamento de Elementos de Fronteira. Em fevereiro de 1970, passou a ser subordinado à Diretoria de Especialização e Extensão (DEE). Em outubro de 1970, passou a designar-se Centro de Operações na Selva e Ações de Comandos (COSAC), com a missão de ministrar os Cursos de Operações na Selva (COS) e de Ações de Comandos. Em 1978 retornou à sua antiga de-

signação, deixando de ministrar o curso de Ações de Comandos e, em setembro de 1982, o CIGS passou à subordinação do Comando Militar da Amazônia, permanecendo vinculado tecnicamente à DEE, atual Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMil). <http://www.cigs.eb.mil.br/o-cigs.html>.

17. Portaria nº 279-EME, de 21 de julho de 2017, estabelece as condições de funcionamento do CPOS, publicada no Boletim do Exército nº 30, de 28 de junho de 2017.

AS ESCOLAS DE SELVA COMO FATOR DE DISSUAÇÃO NA PAN-AMAZÔNIA:
ANÁLISE DE CASO DOS EXÉRCITOS EQUATORIANO E BRASILEIRO

RESUMO

A Pan-Amazônia representa um espaço territorial significativo, identificada como importante nos projetos de desenvolvimento dos países que dividem a região. A manutenção da soberania, a segurança dos recursos naturais e da população em uma área com características naturais peculiares torna necessárias políticas de dissuasão específicas. Este trabalho aborda o desenvolvimento da capacidade de dissuasão pela criação de Escolas e Cursos “de Selva”, vocacionados para especializar tropas em operações no ambiente amazônico.

Palavras-chave: Amazônia; Soberania; Escolas de Selva; Dissuasão; Fronteiras.

ABSTRACT

Pan-Amazon represents a significant territorial space, identified as important in development projects. Maintaining sovereignty, security of natural resources and population requires specific deterrence policies. This work deals with the development of deterrence capacity by the creation of “Jungle” Schools and Courses, designed to specialize troops in operations in the Amazonian environment.

Keywords: Amazon; Sovereignty; Schools of Jungle; Deterrence; Borders.